



## CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO PARA DIVÓRCIO DEFINITIVO

### Autor(res)

Luciana Calado Pena  
Isabella Ribeiro Modesto  
Renato Horta Rezende  
Thamires Bleme Ferreira  
Gil César De Carvalho Lemos Morato  
Ivone Alves De Sousa Santos

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

O divórcio é um instituto jurídico fundamental para a ruptura definitiva do casamento permitindo que ambos se casem novamente. Os casamentos terminam por diversas razões, incluindo crises familiares e diferenças de valores, levando os interessados a optarem pelo divórcio como solução, encerrando as incumbências relacionadas à união.

A legislação atual de direito de família propõe duas configurações de divórcio: litigioso e consensual.

Antes da Emenda Constitucional N° 66/10, não havia a simplificação do “divórcio direto” por questões históricas e religiosas, resultando na separação judicial ou extrajudicial. O antigo artigo da Constituição Federal “dispunha sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo a necessidade de prévia separação judicial por mais de 1 ano ou separação de fato por mais de 2 anos”.

A nova emenda, tornou desnecessária a ação de separação judicial; nos entregando a seguinte redação: “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.”

### Objetivo

Perquirir e captar porque razão a conversão da separação para o divórcio não se tornou automática, posto que já se passaram mais de 14 anos desde a emenda constitucional que fora imediata.

### Material e Métodos

Foram necessárias revisões e pesquisas mais aprofundadas sobre o casamento e os códigos civis, bem como sobre a atual e vigente emenda constitucional N° 66/2010 § 6° do artigo 226 do CC de 2002, para alcançarmos essa conclusão. Utilizamos uma variedade de livros e fontes acadêmicas que abordam esses tópicos em detalhes, permitindo uma análise completa das mudanças legais e sociais que moldaram a compreensão da dissolução do casamento e a conversão da separação para o divórcio.

### Resultados e Discussão

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Os resultados apontam que, por se tratar de um processo judicial extenso, longo e caro, envolve diferentes aspectos legais, pessoais e religiosos não temos a conversão automática pelos seguintes motivos indispensáveis:

- 1 - Processo legal e burocrático: ambos os cônjuges precisam passar por um processo formal; se apenas um instaurar o processo, ambos se beneficiaram; ;
- 2 - Preceitos específicos: a lei pode exigir documentações específicas, como documentos que averbem a partilha de bens, guarda das proles e etc;
- 3 - Questões de consentimento: é necessário que pelo menos que uma das partes concorde com o fim formal da “união”, podendo isso requerer ajustes judiciais;
- 4 - Atualizações e reformas: mudanças nas leis de família e divórcio ao longo do tempo podem interferir como a conversão é processada;
- 5 - Aspectos pessoais dos envolvidos: as histórias, desejos e princípios dos cônjuges devem ser considerados no ato da conversão, não se limitando apenas ao contexto judicial.

## Conclusão

A conversão de separação em divórcio lida com desafios legais, pragmáticos e pessoais expressivos. Apesar de aparentar ser um instituto jurídico simples, a consumação prática requer uma estabilidade cuidadosa entre automações e demandas para garantir que todas as questões legais, pragmáticas e pessoais sejam coerentemente abordadas.

## Referências

- ° Miltão, P. (2019). Da Conversão de Separação em Divórcio. Jusbrasil. ° CC 2002, EC N° 66/2010, art. 226 § 6°. ° Araújo, J. (2016). Prática Familiar. ° Pereira, R. (2020). Separação Judicial é convertida em divórcio após 15 anos pela justiça de Mato Grosso do Sul. ° Silva, D. (2020). Casamento civil e união estável, existem diferenças?